



## **Comando Nacional de Greve**

### **COMUNICADO ESPECIAL 02/08/2012**

#### **INFORME DA REUNIÃO NA SRT/MPOG DO DIA 01 DE AGOSTO DE 2012**

Presentes:

CNG/ANDES-SN (Marinalva, Schuch, Marina, Fausto, Benedito, Vera, Claudia, Ana), CNG/SINASEFE, CONDSEF, PROFES, GOVERNO (SRT/MPOG Secretário Sergio Mendonça, Marcela, Edina; SESU/MEC Secretário Amaro Lins e Dulce; SETEC/MEC Secretário Marco Antônio e Aléssio).

A reunião estava prevista para às 19:00h, porém, iniciou as 19h30. Sérgio Mendonça abriu a mesa afirmando que quase tudo já tinha sido conversado e que para eles a proposta apresentada no dia 24 tinha um caráter quase definitivo mas que, apesar de já terem informações sobre o que estava acontecendo, gostaria de ouvir as entidades.

Pelo ANDES-SN falaram Marinalva e Schuch. Marinalva informou o resultado das 61 AGs realizadas no país e que pela segunda vez os professores de todas as Universidades rejeitaram a proposta do governo. Apresentou os motivos e ressaltou que era necessário ser estabelecida negociação também sobre o segundo ponto da pauta - condições de trabalho - que até hoje nada tinha sido encaminhado sobre esse ponto que, para os professores, é também fundamental. Encerrou afirmando que a categoria tem disposição para continuar a negociação e efetivar de fato o processo para dialogar com o governo.

O Schuch apresentou a bancada do ANDES-SN na mesa e afirmou que na compreensão da categoria é necessário dialogar sobre a estrutura da carreira e que ainda estamos esperando pela planilha sobre os salários dos professores e que ainda não foi enviada conforme haviam se comprometido. Reafirmou a nossa disposição em negociar, mas que seja sobre a estruturação lógica da carreira e que não há disposição da categoria para discutir em GT questões relativas a direitos e que as polêmicas devem ser enfrentadas na mesa e serem incluídas na lei e não serem jogadas para um GT. Reafirmou que a proposta do governo não valoriza a titulação pois apresenta valores nominais desorganizados e que o regime de trabalho há quase 30 anos é estruturado sendo 40h o dobro de 20h e DE em 210% acima de 20h. Encerrou reafirmando a disposição da categoria em continuar o processo de negociação.

Em seguida foi o SINASEFE que se manifestou afirmando que nos 254 campi que estão em greve a categoria rejeitou pela segunda vez a proposta do governo e que deliberaram que não abrirão mão de direitos já conquistados. Que são contrários a certificação, que defendem o interstício de 18 meses e que todos os docentes possam chegar ao topo da carreira independente da titulação. Ressaltaram ainda o fato do governo não apresentar nenhuma proposta de capacitação e que na carreira de EBTT são 16 mil docentes graduados ou especialistas. Questionaram que dessa forma o tempo para a formação levaria 20 anos. Questionaram também a proposta do GT e que vários pontos estão muito obscuros. Reafirmaram que querem sim negociar mas não dá para endossar essa proposta e que nenhum sindicato assina proposta que traz mais prejuízo a categoria e que eles representam duas categorias e que jamais

assinariam um acordo sem que a outra categoria estivesse contemplada já que o governo não abriu negociação para tratar dos técnicos.

Posteriormente foi a vez do Proifes que informou sobre a realização de uma consulta eletrônica com a participação de 5.222 professores de todo o país de 43 Instituições federais sendo 36 Universidades e 7 Institutos Federais) e que 3.864 professores (74%) responderam que o Proifes deveria assinar o acordo com o governo. Ressaltaram ainda que o governo atendeu os 15 pontos por eles apresentados destacando que o governo foi sensível em atender o reajuste mínimo de 25% e que entendem ser esse o melhor salário a ser concedido diante da crise financeira internacional e ainda que a barreira da progressão foi retirada. Consideram também importante a estrutura da carreira em classes e níveis e também que sejam duas carreiras, pois os professores tem características diferentes e que são favoráveis a certificação proposta pelo governo e que o GT será também importante para a continuidade do processo. Portanto, com base na manifestação dos professores de todo o país por eles consultados estão autorizados a assinarem o termo de acordo com o governo.

Por fim foi a vez do representante da CONDSEF (que representa professores dos antigos territórios federais) que se manifestou reafirmando as falas do ANDES-SN e do SINASEFE e informou que em consulta as suas bases em Assembleias Gerais realizadas com toda a categoria, por unanimidade, rejeitou a proposta do governo por retirar direitos já conquistados.

Ao retomar a fala o Secretário recebeu um telefonema e, em seguida, solicitou um intervalo de 10 minutos para que pudesse conversar com a bancada do governo sobre o telefonema. Após uns 15 minutos, retornou à mesa e iniciou informando que tinha uma notícia importante a dar que era o fato de ter sido autorizado a abrir negociações com os sindicatos dos técnicos-administrativos e que após consulta às entidades pretendia reunir já na próxima segunda-feira.

Em seguida, afirmou que ouviram o que aconteceu de segunda feira para cá e que já tinham ideia do que aconteceria e que o objetivo então era encaminhar para o desfecho como negociador do governo. Afirmou que estava com sentimento de ambiguidade e que não chegou a um ponto de equilíbrio para um desfecho ideal. Depois de todo esse processo longo de negociação preferia que tivesse um retorno favorável e viu que isso não foi possível. Três entidades são contrárias e 1 a favor da proposta do governo. Em seguida afirmou:

*“Não posso estar feliz com esse resultado, no entanto, esse processo é difícil e complexo, pois não se dá apenas aqui, mas essa bancada sai daqui e negocia por dentro do governo. Uma das questões mais valiosas nesse processo é o limite orçamentário e que chegamos ao limite de 4,2 bilhões. Temos uma situação peculiar nessa negociação, pois não temos um sistema de negociação coletiva. Não temos um tipo de representação para que a partir do passo que vamos dar possamos estar garantidos do que acontecerá no dia seguinte como uma greve no setor privado. Aqui tem elementos de incertezas que são razoáveis”.*

Em seguida, continuou:

*“Portanto, diante da aceitação do Proifes, queremos sim fazer o acordo, se possível ainda amanhã, pois ainda não temos o termo de acordo pronto para ser assinado. Respeitamos a dinâmica das outras entidades em relação à rejeição. Sabemos que a*

*proposta não é perfeita e reconhecemos os problemas, mas o conjunto de injunções nos permitiu chegar a isso. Não temos como avançar nem em relação à estrutura nem em relação ao montante de recursos. Convidamos, a despeito das críticas, as entidades a aderirem ao acordo no momento que julgarem necessário. Pode ser amanhã, ou depois de amanhã, ou daqui a semanas. Vamos estruturar um PL com a proposta daqui e encaminhar até o dia 31 de agosto ao Congresso Nacional. Seria mais fácil se todas as entidades tivessem acordado. Como não há esse acordo será mais difícil a negociação no Congresso Nacional. Enfim que as entidades tenham o tempo que julgarem necessário para participar mais para frente desse acordo. Queremos dar um desfecho nesse momento à negociação”.*

Após a fala do Sergio Mendonça as três entidades (Sinasefe, ANDES e Condsef) se manifestaram protestando e lamentaram que o governo tenha optado por atender as demandas de uma entidade que não tem representatividade das bases. Lamentaram também que o governo tenha encerrado as negociações e que a consequência disso não pertence às entidades, mas a todos os trabalhadores. Marinalva afirmou de forma categórica que o governo não estava assinando acordo com a categoria docente e que estão desconsiderando todos os resultados das AGs.

Marina ao se manifestar afirmou que o Sérgio Mendonça estava introduzindo uma inovação nos processos de negociação para menos, já que ignora resultados de AGs, e que nosso sindicato sempre se recusou a assinar acordo que represente prejuízos para a categoria, que tiram direitos conquistados. Ressaltou ainda que com essa proposta o governo também “rifa” os aposentados, mas como a Marcela Tapajós vem dizendo nas mesas, “quem se aposenta, aposentou-se”, ou seja, os aposentados não preocupam o governo. Afirmou, ainda que a proposta do governo representa um projeto de universidade e de educação, que exige outro tipo de trabalhador o qual deve se adequar a esse projeto e é nesse perfil que se desconstrói a carreira. Por fim, afirmou que tem muita tranquilidade em relação ao que está acontecendo nessa mesa e que quem irá decidir o que faremos é a categoria, em Assembleias Gerais, e o ANDES encaminhará a decisão da mesma forma, como historicamente tem feito.

O Proifes rebateu as acusações que as entidades fizeram a eles e afirmaram que têm autoridade dada pela categoria docente e esperam assinar logo esse acordo como o fizeram em 2007 e que irão defender o PL no Congresso Nacional.

O CNG ANDES-SN segue elaborando avaliação política do momento, que em seguida será enviada aos CLGs.